**Caso Prático n.º 20**

Imagine que, em 4 de Janeiro de 2005, Caio comprou a Tício um imóvel sito em plena Avenida de Roma, tendo tal contrato sido formalizado através da outorga de escritura pública, nos termos prescritos pelo CC. Em função das várias alterações introduzidas ao regime do contrato de compra e venda[[1]](#footnote-1), Tício indaga sobre a licitude da aquisição feita, sendo que Gaio afiança que com a alteração introduzida em 2006 ao CC, a aquisição feita por Tício é nula.

**Caso Prático n.º 21**

Suponha que Dagoberto e Gertrudes contraíram matrimónio em 7 de Dezembro de 1996. Em 7 de Dezembro de 2008 entrou em vigor a Lei número 1111/2007, a qual suprimiu o dever de assistência mútua entre os cônjuges. Esta lei afecta o casamento de Dagoberto e Gertrudes?

**Caso Prático n.º 22**

Imagine que Ulpiano iniciou o seu estágio de advocacia em 1 de Setembro de 2008, ao abrigo do Decreto-Lei número 3/2007, o qual prevê que a duração do estágio é de 3 anos. Em 8 de Novembro corrente entrou em vigor a Lei número 5/2009, a qual aumenta o período de estágio para 5 anos. Quando termina o estágio de Ulpiano?

1. No essencial, actualmente é possível adquirir um imóvel sem que seja necessário outorgar escritura pública. [↑](#footnote-ref-1)